

CURSO CACD

CONCURSO DE ADMISSÃO À
CARREIRA DE DIPLOMATA

CACD – 2ª FASE

**Provas discursivas
de Direito**

CACD 2003–2024

PROFESSOR
BRUNO REZENDE

www.cursocacd.com

- Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, os espaços indicados para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos das questões da Prova Escrita de Direito no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Direito**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado para cada questão. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Direito**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente.
- Na avaliação das questões 1 e 2, serão atribuídos **3,00 pontos** por quesito, o que totalizará os **30,00 pontos possíveis** em cada uma das duas questões. Na avaliação das questões 3 e 4, serão atribuídos **2,00 pontos** por quesito, o que totalizará os **20,00 pontos possíveis** em cada uma das duas questões.

-- PROVA ESCRITA DE DIREITO --

QUESTÃO 1

A elevação do nível do mar tornou-se, nos últimos anos, tema de crescente importância para uma parte significativa da comunidade internacional — mais de 70 Estados são ou poderão ser diretamente afetados pela elevação do nível do mar, grupo que representa mais de um terço dos Estados que compõem a comunidade internacional.

Nações Unidas. Comissão de Direito Internacional.
Relatório da 70.ª Sessão, 2018, A/73/10, p. 326 [tradução livre].

Considerando que o excerto apresentado tenha caráter meramente motivador, discorra, sob o ponto de vista do direito internacional, sobre os impactos da elevação do nível do mar nos Estados nacionais. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 requisitos para a existência de um Estado no âmbito do direito internacional;
- 2 debates em curso sobre as consequências jurídicas do desaparecimento do território de um Estado em razão da elevação do nível do mar;
- 3 argumentos favoráveis à continuidade do Estado cujo território venha a desaparecer;
- 4 normas jurídicas internacionais para proteção das pessoas deslocadas pela elevação do nível do mar;
- 5 possibilidade de aplicação do princípio do *non-refoulement* à luz dos precedentes e das discussões em curso no sistema internacional de proteção dos direitos humanos;
- 6 direito internacional dos refugiados e suas limitações no atual regime jurídico internacional;
- 7 impactos e consequências jurídicas da elevação do nível do mar nas delimitações de zonas marítimas;
- 8 possibilidade de manutenção das delimitações das zonas marítimas atuais, à luz do princípio da estabilidade jurídica;
- 9 papel da prática dos Estados na aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em relação à elevação do nível do mar;
- 10 desafios que a elevação do nível do mar traz às normas atuais de direito internacional atinentes à existência do Estado, à proteção da população deslocada e à delimitação das zonas marítimas.

QUESTÃO 2

Discorra sobre os avanços e retrocessos na sociedade internacional à luz da concepção do *jus cogens* no âmbito do direito internacional, apresentando argumentos em favor do seu posicionamento acerca dessa temática. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 o Direito das Gentes e o pacto Briand-Kellogg;
- 2 contextualização dos avanços e retrocessos na sociedade internacional no que se refere aos acontecimentos mundiais (guerras, criação de organismos de cooperação internacional, mundo bilateral *versus* mundo multilateral, mundo pós-pandemia, entre outros);
- 3 Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969) e conceito de *jus cogens*;
- 4 situação jurídica de tratado em conflito com norma imperativa de direito internacional geral;
- 5 abrangência do *jus cogens* como idealização de uma ordem internacional superior;
- 6 efetividade do *jus cogens* diante da crescente beligerância e da escalada do uso da força na ordem mundial;
- 7 idealização do *jus cogens* e a realidade internacional;
- 8 relação entre o realismo das relações internacionais e o idealismo do direito internacional;
- 9 Conselho de Segurança das Nações Unidas e uso da força, graves ameaças à paz e ações deliberadas dos Estados em prol do protecionismo;
- 10 sujeitos e fontes do direito internacional.

QUESTÃO 3

Os grandes desafios de nossos tempos — a proteção do ser humano e do meio ambiente, o desarmamento, a erradicação da pobreza crônica, o desenvolvimento humano e a superação das disparidades alarmantes entre os países e dentro deles — nos incitam a repensar os próprios fundamentos e princípios do direito internacional contemporâneo, com vistas a sua revitalização, como um verdadeiro direito universal da humanidade.

Antonio Augusto Cançado Trindade.
O direito internacional em um mundo em transformação.
Renovar, 2002. p. 1.086 (com adaptações).

A Convenção [para Prevenção e Punição do Crime de Genocídio] foi adotada manifestamente por motivos puramente humanitários e civilizatórios. Nesse tipo de convenção, os Estados contratantes não possuem interesses próprios; eles apenas têm um interesse comum, nomeadamente, o atingimento dos mais altos propósitos que constituem a *raison d'être* da Convenção.

Corte Internacional de Justiça. **Opinião consultiva sobre reservas à Convenção para Prevenção e Punição do Crime de Genocídio**, 1951, p. 23.

Considerando que os excertos apresentados tenham caráter meramente motivador, discorra sobre o desenvolvimento do direito internacional em relação à prevenção e à proibição do genocídio. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 desenvolvimento histórico do direito internacional em relação à proteção do ser humano;
 - 2 surgimento do direito internacional penal;
 - 3 principais fundamentos das escolas teóricas do direito internacional para a proteção do indivíduo;
 - 4 prevenção e proibição do genocídio à luz da Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948);
 - 5 conceito de genocídio e dolo especial para a sua caracterização;
 - 6 evolução da jurisprudência da Corte Internacional de Justiça (CIJ) em relação aos casos de violação à Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio;
 - 7 proibição do cometimento do crime de genocídio como norma de *jus cogens* e obrigação *erga omnes*;
 - 8 evolução dos mecanismos judiciais regionais para a responsabilização do Estado em casos de violação das obrigações de prevenção e proibição do genocídio;
 - 9 evolução dos mecanismos judiciais para responsabilização do indivíduo em casos de genocídio;
 - 10 diferenças entre a responsabilidade internacional do Estado e do indivíduo, suas complementariedades e potenciais desafios.
-

QUESTÃO 4

Discorra sobre a tutela constitucional brasileira a princípios de direito internacional público e à integração regional, abordando os seguintes aspectos:

- 1 princípios jurídicos como fontes primárias do direito internacional público;
- 2 princípios jurídicos sob a ótica do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ);
- 3 princípios gerais do direito e princípios gerais do direito internacional público: natureza, semelhanças e diferenças;
- 4 valores basilares de convivência entre as nações;
- 5 cinco princípios que regem a República Federativa do Brasil no âmbito de suas relações internacionais;
- 6 *status* normativo concedido ao tema e o seu reconhecimento pelo legislador constituinte nacional;
- 7 desenvolvimento do MERCOSUL e de outras iniciativas de integração regional das quais o Brasil é parte;
- 8 processo de integração e promoção do Tratado de Assunção de 1991;
- 9 implicações jurídicas relativas ao tratamento constitucional acerca da integração regional;
- 10 integração econômica, política, social e cultural dos povos como um objetivo no âmbito do direito internacional.

QUESTÃO 1

Leia, com atenção, os excertos a seguir.

“International law exists in the slippery zone between abstract speculation on binding principles and realistic deference to power.”

“O direito internacional existe na zona cinzenta entre a especulação abstrata acerca de princípios vinculantes e a deferência realista ao poder”

KOSKENNIEMI, Martii. *Imagining the Rule of Law: Rereading the Grotian ‘Tradition’*. In: EJIL, v. 30, n. 1, pp. 2019, 17-52.

Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados

Os Estados Partes na presente Convenção, considerando o papel fundamental dos tratados na história das relações internacionais, reconhecendo a importância cada vez maior dos tratados como fonte do Direito Internacional e como meio de desenvolver a cooperação pacífica entre as nações, quaisquer que sejam seus sistemas constitucionais e sociais, constatando que os princípios do livre consentimento e da boa-fé e a regra *pacta sunt servanda* são universalmente reconhecidos, [...] convieram no seguinte. [...]

Brasil. Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969. Preâmbulo. Decreto nº 7.030/2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm>. Acesso em: 30 ago. 2023.

Considerando que os excertos apresentados têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca dos tratados no direito internacional. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) a importância dos tratados como fonte do direito internacional;
- b) os princípios do livre consentimento, da boa-fé e do *pacta sunt servanda*; e
- c) a limitação a que um Estado invoque disposições de seu direito interno para justificar descumprimento de um tratado (art. 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados – CVDT).

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

QUESTÃO 2

Leia, com atenção, os excertos a seguir.

Ao ter por objetivo último a proteção do ser humano em todas e quaisquer circunstâncias, o *corpus* normativo do Direito Internacional dos Direitos Humanos abarca também, *lato sensu*, o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Refugiados. Juntamente com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, estas três vertentes convergem na realização do propósito comum de proteger o ser humano em tempos de paz, assim como de conflitos armados em seu próprio país, assim como, alhures, em suma, em todas as áreas da atividade humana e em todas e quaisquer circunstâncias.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Desafios e conquistas do Direito Internacional dos Direitos Humanos no início do Século XXI. In: MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz de (Org.). *Desafios do Direito Internacional Contemporâneo*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 211-212, com adaptações.

Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas.

CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS. 1951. *Artigo 33*. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 3 set. 2023.

Nenhum Estado Parte procederá à expulsão, devolução ou extradição de uma pessoa para outro Estado quando houver razões substanciais para crer que a mesma corre perigo de ali ser submetida a tortura.

CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES. 1984. *Artigo 3º*. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/>. Acesso em: 3 set. 2023.

Uma pessoa protegida não poderá ser, em caso algum, transferida para um país onde possa temer perseguições por motivo das suas opiniões políticas ou religiosas.

IV CONVENÇÃO DE GENEBRA RELATIVA À PROTEÇÃO DAS PESSOAS CIVIS EM TEMPO DE GUERRA. 1949. *Artigo 45*. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/>. Acesso em: 5 set. 2023.

Reitera a importância e a significação do princípio de *non-refoulement* (incluindo a proibição da rejeição nas fronteiras), como pedra angular da proteção internacional dos refugiados. Este princípio imperativo, respeitante aos refugiados, deve reconhecer-se e respeitar-se no estado atual do direito internacional, como um princípio de *jus cogens*.

DECLARAÇÃO DE CARTAGENA DE 1984. *Parte III. Quinta Conclusão*. (Adotada pelo Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá). Problemas Jurídicos e Humanitários, com adaptações.

Em hipótese alguma será efetuada sua deportação para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política.

BRASIL. Lei nº 9.474/1997. *Artigo 7º. Parágrafo 1º*. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9474/>. Acesso em: 6 set. 2023.

Considerando que os excertos apresentados têm caráter meramente motivador e com base no direito internacional dos refugiados e no direito internacional dos direitos humanos, redija um texto dissertativo abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

- aproximações, convergências e complementariedades, em oposição à visão compartimentalizada, entre o direito internacional dos direitos humanos, o direito internacional dos refugiados e o direito internacional humanitário;
- o conceito de normas de *jus cogens* no direito internacional. Explique como o reconhecimento de uma norma como *jus cogens* afeta as obrigações dos Estados no direito internacional e apresente exemplos de normas de *jus cogens* relacionados ao direito internacional dos direitos humanos e ao direito internacional dos refugiados; e
- regime internacional de proteção dos refugiados e arcabouço jurídico de proteção dos refugiados no Brasil.

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

QUESTÃO 3

Leia, com atenção, o excerto e a informação a seguir.

O Professor Cançado Trindade desempenhou muitos papéis ao longo de sua distinta trajetória. (...) No exterior, foi juiz primeiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos (1995-2008) — tendo sido seu presidente (1999-2004) — e depois na Corte Internacional de Justiça (2009-2022). Em ambos os tribunais, desempenhou um papel de liderança na evolução do direito internacional contemporâneo. Dedicou uma quantidade enorme de pesquisa a seu Curso Geral de Direito Internacional Público, apresentado em dois volumes à Academia de Direito Internacional de Haia, em 2005 (“Direito Internacional para a Humanidade: rumo a um novo *Jus Gentium*”). Com o risco de cometer injustiça aos demais livros que publicou, cabe destacar também seus *Princípios do Direito Internacional Contemporâneo* e seu *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos* – este publicado em três volumes.

TRINDADE, Adriano; Otávio; Vinícius. A nosso pai, com carinho: uma homenagem ao professor Cançado Trindade por seus filhos. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, 81, 15-28, 2022.

Em sua trajetória acadêmica e profissional, o professor brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade marcou o direito internacional, em especial o direito internacional dos direitos humanos. Tendo atuado como juiz na Corte Interamericana de Direitos Humanos e, posteriormente, na Corte Internacional de Justiça, o professor Cançado Trindade fez história por sua dedicação às instituições internacionais e por ter inspirado gerações de profissionais e acadêmicos comprometidos com os direitos humanos no Brasil e no mundo.

Considerando que o excerto apresentado e a informação têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a relação do Brasil, com esse sistema. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) a origem histórica, os órgãos constitutivos e as normas fundamentais que orientam o Sistema Interamericano de Direitos Humanos;
- b) a participação do Brasil no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e as características de dois casos referentes ao Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou à Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- c) o funcionamento do sistema de petições e casos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos; e
- d) o papel das organizações da sociedade civil no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

QUESTÃO 4

Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Por quase meio século – tempo similar à existência das Nações Unidas –, a Assembleia Geral reconheceu a necessidade de estabelecer um tribunal para processar e punir responsáveis por crimes como genocídio.

Muitos pensaram, sem dúvida, que os horrores da Segunda Guerra Mundial – os campos, a crueldade, os extermínios, o Holocausto – não poderiam voltar a acontecer.

E, no entanto, repetiram-se. No Camboja, na Bósnia e Herzegovina, em Ruanda. Nosso tempo – mesmo esta década – mostrou-nos que a capacidade do homem para o mal não conhece limites.

Genocídio – a destruição de um povo inteiro com base em suas origens étnicas ou nacionalidade – é hoje uma palavra também de nosso tempo, uma realidade hedionda que demanda uma resposta histórica.

Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas – 1997-2006 (tradução livre)

Considerando que o excerto apresentando tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca dos tribunais penais internacionais. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) o processo de criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), os tribunais *ad hoc* que o antecederam e os principais aspectos que os distinguem;
- b) a relação entre direito internacional penal, direito internacional dos direitos humanos e direito internacional humanitário; e
- c) a complementaridade entre o TPI e as jurisdições penais nacionais.

Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

QUESTÃO 1

Leia, com atenção, o excerto a seguir.

A solução de controvérsias é uma das funções essenciais do Direito e isso vale igualmente para o Direito Internacional. De fato, a solução pacífica de controvérsias internacionais é um pré-requisito para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Além disso, o estabelecimento de mecanismos de solução de controvérsias internacionais é necessário para garantir a efetividade do sistema jurídico internacional. A solução pacífica de controvérsias internacionais ocupa, portanto, um lugar central no Direito Internacional.

TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 3 (tradução livre).

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador e tendo em vista o lugar que a solução pacífica de controvérsias internacionais ocupa na estrutura do sistema jurídico-internacional, como um pré-requisito para a manutenção da paz e da segurança internacionais, entendimento delineado por Yoshifumi Tanaka, redija um texto dissertativo acerca desse assunto. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a obrigação de solução pacífica de controvérsias internacionais no Direito Internacional, delimitando as suas principais características e especificidades;
- os meios de solução pacífica de controvérsias internacionais: negociação, bons ofícios, mediação, conciliação e inquérito;
- indicação, de forma sucinta e objetiva, de dois tratados internacionais e de duas declarações internacionais, contendo menção expressa à obrigação de solução pacífica das controvérsias internacionais;
- descrição e explicação quanto à importância do Pacto de Bogotá ou Tratado Americano de Soluções Pacíficas, assinado pelo Brasil e por outros países, em Bogotá, em 30 de abril de 1948, para a resolução pacífica de controvérsias internacionais perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ); e
- possível relação a ser estabelecida entre a obrigação de solução pacífica de controvérsias internacionais, no âmbito do Direito Internacional, e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

**Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]**

QUESTÃO 2

Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Durante uma batalha, uma bandeira preta tremulando de um ponto no alto costuma ser a maneira habitual de mostrar a localização de postos de primeiros socorros ou de hospitais de campanha militar, e existe um acordo tácito de que ninguém deve disparar naquela direção. Porém, às vezes os obuses atingem mesmo assim esses locais, e seus oficiais intendentess e homens que servem nos hospitais não são mais poupados do que os vagões carregados de pão, vinho e carne para preparar sopa para os feridos.

[...] numa época em que escutamos falar tanto de progresso e civilização, uma vez que infelizmente não podemos sempre evitar as guerras, não seria uma questão de urgência apoiar, dentro de um espírito humano e verdadeiramente civilizado, a tentativa de evitar, ou pelo menos aliviar, os horrores da guerra?

DUNANT, Henry. *Lembrança de Solferino*. CICV: Genebra, 2016, pp. 37 e 126.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca do Direito Internacional Humanitário que se desenvolveu contemporaneamente a partir da segunda metade do século 19, em particular após a Segunda Guerra Mundial, de modo a constituir conjunto normativo que disciplina as relações entre Estados, organizações internacionais e outros sujeitos de Direito Internacional em tempo de guerra. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos.

- definição de Direito Internacional Humanitário e identificação de suas características fundamentais;
- embora a base normativa convencional do Direito Internacional Humanitário seja constituída por dezenas de tratados, não é exagero afirmar que as quatro Convenções de Genebra de 1949 e os dois Protocolos Adicionais de 1977 continuam a ser a pedra angular desse ramo do direito. A esse respeito, identifique o conteúdo principal de cada um desses seis textos convencionais;
- citação e explicação de três das principais normas ou princípios que regulamentam as operações militares em um conflito armado;
- explanação quanto ao estatuto das armas químicas e das armas biológicas à luz dos princípios e das normas do Direito Internacional Humanitário e menção aos principais marcos normativos concernentes à matéria; e
- comentários acerca do estatuto das armas nucleares e das controvérsias jurídicas com base no assunto, à luz dos desenvolvimentos recentes envolvendo a matéria.

**Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]**

QUESTÃO 3

Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Com efeito, em 1996 foi criado o Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional (TPI), cujos *travaux préparatoires* estenderam-se por dois anos. Os debates concentraram-se sobretudo em três questões centrais de capital importância, a saber: a tipificação dos *core crimes* sob a competência *ratione materiae* do TPI, o princípio da complementaridade nas relações entre este último e as jurisdições nacionais e o procedimento a ser adotado (incluindo as prerrogativas da promotoria). Em 17 de julho de 1998, a Conferência de Roma das Nações Unidas aprovou o Estatuto do TPI (composto de 13 partes e 128 artigos), seus anexos e a Ata Final da Conferência.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Os Tribunais internacionais contemporâneos*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 33, com adaptações.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador e tendo em vista os aspectos centrais do exercício da jurisdição penal internacional por Cortes e Tribunais Penais Internacionais, em especial, pelo TPI na busca pelo primado da justiça internacional, redija um texto dissertativo abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

- indicação das quatro espécies de crimes da competência do TPI, conforme o art. 5º do Estatuto de Roma;
- citação de um exemplo de conduta ou ato criminoso previsto no Estatuto de Roma para cada uma das quatro espécies de crimes da competência do TPI;
- análise quanto à possibilidade jurídica de o TPI julgar e responsabilizar criminal e diretamente Estados por crimes contra a humanidade, segundo o art. 25 do Estatuto de Roma;
- explanação a respeito da exclusão da jurisdição do TPI relativamente à idade dos indivíduos, conforme o art. 26 do Estatuto de Roma; e
- abordagem acerca da possibilidade jurídica de o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) solicitar o adiamento de determinado inquérito ou procedimento criminal ao TPI, indicando o fundamento jurídico de eventual solicitação pelo CSNU, bem como o prazo (período) da medida, de acordo com o art. 16 do Estatuto de Roma.

Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

QUESTÃO 4

Leia, com atenção, os excertos a seguir.

Sua Alteza a Princesa Imperial do Brasil, Regente em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, e a República do Paraguai, estando de acordo em assinalar seus respectivos limites, convieram em declará-los, defini-los, e reconhecê-los do modo seguinte: o território do Império do Brasil divide-se com a República do Paraguai pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguazu até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná; do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até onde ela finda; daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambaí; prossegue pelo mais alto desta serra até a nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até a sua foz na margem oriental do rio Paraguai; todas as vertentes que correm para Norte e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para o Sul e Oeste pertencem ao Paraguai. A Ilha do Fecho dos Morros é domínio do Brasil. (*Tratado de Limites, celebrado entre Brasil e Paraguai, no Rio de Janeiro, em 9 de janeiro de 1872, art. 1º*)

Se acontecer (o que não é de esperar) que uma das altas partes contratantes, por qualquer motivo que seja, deixe de nomear o seu comissário dentro do prazo acima marcado, ou que, depois de nomeá-lo, sendo mister substituí-lo, o não substitua dentro de igual prazo, o comissário da outra parte contratante procederá à demarcação, e esta será julgada válida, mediante a inspeção e parecer de um comissário nomeado pelos governos da República Argentina e da República Oriental do Uruguai. (*Tratado de Limites, celebrado entre Brasil e Paraguai, no Rio de Janeiro, em 9 de janeiro de 1872, art. 2º, primeira parte*)

Da confluência do rio Apa, no rio Paraguai, até a entrada ou desaguadouro da Baía Negra, a fronteira entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai é formada pelo álveo do rio Paraguai, pertencendo a margem esquerda ao Brasil e a margem direita ao Paraguai. (*Tratado de Limites Complementar, celebrado entre Brasil e Paraguai, no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1927, preâmbulo, art. 1º*)

Além da ilha do Fecho dos Morros, que é brasileira, conforme ficou estipulado na parte final do artigo 1º do Tratado de Limites de 9 de janeiro de 1872, pertencem, respectivamente, aos Estados Unidos do Brasil ou ao Paraguai, as demais ilhas que fiquem situadas do lado oriental ou do lado ocidental da linha de fronteira, determinada pelo meio do canal principal do rio, de maior profundidade, mais fácil e franca navegação, reconhecido no momento da demarcação, segundo os estudos efetuados. Uma vez feita a distribuição geral das ilhas, elas só poderão mudar de jurisdição por acessão à parte oposta. As ilhas que se formarem posteriormente à data da distribuição geral das mesmas serão denunciadas por qualquer das partes contratantes e se fará a sua adjudicação de acordo com o critério estabelecido no presente artigo. (*Tratado de Limites Complementar, celebrado entre Brasil e Paraguai, no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1927, preâmbulo, art. 2º*)

As Altas Partes Contratantes convêm em realizar, em comum e de acordo com o previsto no presente Tratado e seus Anexos, o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaira até a foz do rio Iguazu. (*Tratado de Itaipu, celebrado entre Brasil e Paraguai, em Brasília, em 26 de abril de 1973, art. 1º*)

A República Federativa do Brasil reconhece o domínio territorial e a soberania da República do Paraguai sobre a ilha denominada “Isla Margarita”, pelo Paraguai, e conhecida até agora como ilha de Porto Murtinho, ou Banco das Três Barras, pelo Brasil, de coordenadas aproximadas vinte e um graus, quarenta e um minutos, vinte e sete segundos e três décimos de Latitude Sul (21º 41' 27.3" S) e cinquenta e sete graus, cinquenta e três minutos, vinte e três segundos e seis décimos de Longitude Oeste (057º 53' 23.6" W). (*Protocolo Adicional ao Tratado de Limites Complementar, celebrado entre Brasil e Paraguai, em Assunção, em 4 de dezembro de 1975, art. 1º*)

A República do Paraguai reconhece o domínio territorial e a soberania da República Federativa do Brasil sobre a ilha denominada ilha do Chapéu, pelo Brasil, e conhecida até agora como “Isla Del Sombrero”, pelo Paraguai, de coordenadas geográficas aproximadas vinte graus, trinta e três minutos, trinta e oito segundos e nove décimos de Latitude Sul (20º 33' 38" S) e cinquenta e oito graus de Longitude Oeste (058º 00' 00.0" W). (*Protocolo Adicional ao Tratado de Limites Complementar, celebrado entre Brasil e Paraguai, em Assunção, em 4 de dezembro de 1975, art. 2º*)

Considerando que os excertos normativos apresentados têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito da aplicação dos tratados concernentes à delimitação territorial e ao aproveitamento fluvial, que vinculam o Brasil ao Paraguai. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- explanação acerca dos pressupostos da personalidade jurídica do Estado, vinculando-os ao Brasil, quando da celebração do Tratado bilateral de 1872, tendo em vista o seu art. 1º;
- definição, diferenciação e indicação dos critérios de delimitação territorial e aproveitamento hídrico utilizados pelo Brasil e pelo Paraguai nos Tratados bilaterais de 1872, 1927, 1973 e 1975;
- parecer quanto às condições para a exigibilidade do cumprimento de direitos convencionais criados em favor de Estados terceiros, vinculando-os ao disposto no art. 2º do Tratado bilateral de 1872; e
- análise da possibilidade de modificação de dispositivos do Tratado bilateral de 1973 em razão do princípio da utilização equitativa como obrigação jurídica ambiental.

Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

PROVA DE DIREITO

Orientações para a elaboração dos textos das provas discursivas.

- A prova de direito é composta por 4 (quatro) questões discursivas.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, e as respostas deverão ser transcritas para as folhas de texto definitivo.
- As **folhas de texto definitivo** das provas discursivas não poderão ser assinadas, rubricadas e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca, sob pena de anulação da prova.
- As **folhas de texto definitivo** são os únicos documentos válidos para a avaliação das provas discursivas.
- O candidato receberá 8 (oito) folhas de texto definitivo das provas discursivas, sendo 2 (duas) folhas para cada questão. As folhas de texto definitivo indicarão a qual questão pertencem. O candidato deverá observar atentamente a correspondência entre cada questão e a respectiva folha de texto definitivo, sob pena de ter o seu texto avaliado negativamente.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação das provas discursivas.
- As respostas para a questão 1 e para a questão 2 deverão ter extensão máxima de até 60 (sessenta) linhas cada uma. As respostas para a questão 3 e para a questão 4 deverão ter extensão máxima de até 40 (quarenta) linhas cada uma.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada como número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

QUESTÃO 1

“A mais proeminente exceção à proibição do uso da força é o direito de cada Estado de defender a si mesmo.”

CRAWFORD, James. *Brownlie's Principles of International Law*. 8. ed. Oxford: Oxford, 2012, p. 747 (tradução nossa).

Um dos temas clássicos do direito internacional, abordado desde os primeiros doutrinadores da disciplina, o direito à legítima defesa encontra-se consagrado na Carta das Nações Unidas. Acerca desse assunto, aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- identifique as condições elementares para o exercício da legítima defesa e discorra a respeito;
- responda, segundo a Carta da ONU:
 - 1) quais são as modalidades de legítima defesa?
 - 2) quais são os deveres a serem observados por Estados membros que tenham exercido o direito de legítima defesa?; e
- com base nas respostas aos itens anteriores, discorra quanto às principais controvérsias envolvendo o exercício do direito à legítima defesa, mencionando, em sua análise, a “legítima defesa preventiva” ou “legítima defesa preemptiva” à luz do direito internacional.

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

QUESTÃO 2

Em 18 de abril de 1946, a nova Corte realizou sua reunião inaugural nas instalações da antiga Corte, no Palácio da Paz, sob a liderança do vice-presidente da Corte, J. Basdevant, da França (o presidente estando em Genebra para a dissolução da CPJI). No mesmo dia, a última Assembleia da Liga das Nações, realizada em Genebra, por insistência do Reino Unido, dissolveu a Liga e a CPJI, depois de se despedir solenemente dessas duas instituições com destinos tão distintos. No entanto, apesar de a CIJ ser formalmente uma nova Corte, materialmente tudo foi feito para enfatizar a continuidade com a antiga Corte.

KOLB, Robert. *The Elgar companion to the International Court of Justice*. Cheltenham (UK), Northampton (USA): Edward Elgar, 2014, p. 24, tradução livre.

Considerando a importância histórico-normativa adquirida pela solução pacífica das controvérsias internacionais no século 20, os denominados meios jurisdicionais despontam como elementos estruturantes na manutenção da paz e da segurança internacionais, bem como na construção progressiva do *rule of law* na sociedade internacional. Com base nessa perspectiva, na transição demonstrada por Robert Kolb entre a antiga Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) e a Corte Internacional de Justiça (CIJ), aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- o contexto histórico institucional de dissolução da CPJI e de surgimento da CIJ;
- as duas espécies de jurisdição da CIJ, traçando suas características e especificidades, bem como os órgãos ou as entidades que podem acessá-las;
- o significado de “controvérsia jurídica” no direito internacional, levando em consideração, especialmente, a jurisprudência da CIJ ou da antiga CPJI;
- as principais inovações jurisprudenciais e (ou) as teses jurídicas dos seguintes Casos perante a CIJ: c.1) *Reparation for Injuries Suffered in the Service of the United Nations* (1949); c.2) *Barcelona Traction, Light and Power Company, Limited (Belgium v. Spain)* (segunda fase, 1970); c.3) *Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America)* (1991); e
- o caráter obrigatório ou facultativo das sentenças proferidas pela CIJ, detalhando também qual medida determinado Estado, Membro das Nações Unidas e parte em um caso perante a referida Corte, poderia tomar contra outro Estado litigante em virtude do descumprimento de obrigações internacionais impostas por sentença proferida pela Corte e qual órgão internacional o Estado que se sentir violado poderia recorrer para efetivar uma sentença favorável, em conformidade com o art. 94 da Carta das Nações Unidas.

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

QUESTÃO 3

“Um refugiado costuma ser uma pessoa obrigada a procurar refúgio devido a algum acto cometido ou por tomar alguma opinião política. Bom, é verdade que tivemos que procurar refúgio; mas não cometemos nenhum acto e a maioria de nós nunca sonhou em ter qualquer opinião política radical. O sentido do termo “refugiado” mudou connosco. Agora “refugiados” são aqueles de nós que chegaram à infelicidade de chegar a um novo país sem meios e tiveram que ser ajudados por comités de refugiados.”

ARENDDT, Hannah. *Nós, os refugiados*. Tradução de Ricardo Santos, Covilhã: LusoSofiapress, 2013.

Considerando que o texto apresentado tem carácter meramente motivador, elabore um texto dissertativo a da condição jurídica do estrangeiro, abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

- discorra sobre o conceito de repatriamento e sua condição nos tratados internacionais de direitos humanos e na lei de migrações brasileira;
- conceitue e diferencie o asilo e o refúgio, apontando suas principais diferenças e o tratamento dado pela legislação brasileira; e
- discorra sobre os princípios e diretrizes da política migratória brasileira traçando um breve comparativo com a do antigo Estatuto do Estrangeiro.

Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

QUESTÃO 4

“Os privilégios e imunidades diplomáticos acompanham a história das relações dos povos desde os seus primórdios. Imbuídos, inicialmente, de caráter religioso, foram, através dos tempos, absorvidos pelo direito consuetudinário e por acordos bilaterais, até serem, mais recentemente, incorporados a convenções internacionais e à legislação de número crescente de países”.

MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo. *Privilégios e imunidades diplomáticos*. Brasília: FUNAG, 2002, p. 9.

“Apesar das dificuldades ainda hoje existentes, pode se dizer que a teoria da imunidade absoluta é, nos dias atuais, uma quimera. Ela se encontra quase que universalmente reprovada. Passou-se do absoluto ao restrito”.

GARCIA, Márcio. Imunidade do Estado: quem disse que o rei não erra? In: GARCIA, Marcio; MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. *A imunidade de jurisdição e o judiciário brasileiro*. Brasília: CEDI, 2002, pp. 93-4.

Considerando que os excertos apresentados têm caráter meramente motivador, elabore um texto dissertativo a respeito de privilégios e imunidades diplomáticos. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- definição de privilégios e imunidades diplomáticos e consulares e explicação de seus propósitos;
- os instrumentos convencionais multilaterais em que se baseia o Brasil para reconhecer e aplicar privilégios e imunidades a agentes diplomáticos, a agentes consulares, a funcionários da Organização das Nações Unidas (ONU) e a funcionários das Agências Especializadas das Nações Unidas;
- identificação dos que fazem jus a privilégios e imunidades conforme os instrumentos convencionais identificados no segundo tópico, explicando a partir de que momento o agente diplomático brasileiro passa a gozar dessas prerrogativas;
- identificação de dois privilégios ou imunidades abrangidos em algum dos instrumentos convencionais mencionados na resposta ao segundo tópico; e
- dois aspectos relevantes da imunidade de jurisdição à luz da prática brasileira:
 - 1) junto a Estados estrangeiros; e
 - 2) junto à ONU.

Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

PROVA DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Orientações para a elaboração dos textos das provas discursivas.

- A prova de direito e direito internacional público é composta por 4 (quatro) questões discursivas.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, e as respostas deverão ser transcritas para as folhas de texto definitivo.
- As **folhas de texto definitivo** das provas discursivas não poderão ser assinadas, rubricadas e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- As **folhas de texto definitivo** são os únicos documentos válidos para a avaliação das provas discursivas.
- O candidato receberá 8 (oito) folhas de texto definitivo das provas discursivas, sendo 2 (duas) folhas para cada questão. As folhas de texto definitivo indicarão a qual questão pertencem. O candidato deverá observar atentamente a correspondência entre cada questão e a respectiva folha de texto definitivo, sob pena de ter o seu texto avaliado negativamente.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação das provas discursivas.
- As respostas para a questão 1 e para a questão 2 deverão ter extensão máxima de até 60 (sessenta) linhas cada uma. As respostas para a questão 3 e para a questão 4 deverão ter extensão máxima de até 40 (quarenta) linhas cada uma.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada como número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

QUESTÃO 1

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO: § 6º DO ART. 37 DA MAGNA CARTA. ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM*. AGENTE PÚBLICO (EX-PREFEITO). PRÁTICA DE ATO PRÓPRIO DA FUNÇÃO. DECRETO DE INTERVENÇÃO.

O § 6º do art. 37 da Magna Carta autoriza a proposição de que somente as pessoas jurídicas de direito público, ou as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, é que poderão responder, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros. Isto por ato ou omissão dos respectivos agentes, agindo estes na qualidade de agentes públicos, e não como pessoas comuns. Esse mesmo dispositivo constitucional consagra, ainda, dupla garantia: uma, em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado que preste serviço público, dado que bem maior, praticamente certa, a possibilidade de pagamento do dano objetivamente sofrido. Outra garantia, no entanto, em prol do servidor estatal, que somente responde administrativa e civilmente perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional se vincular. Recurso extraordinário a que se nega provimento.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE 327904/SP, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, j. 15/8/2006, DJ 8/9/2006.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, elabore um texto dissertativo a respeito da responsabilidade civil do Estado. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) discorra acerca dos pressupostos da responsabilidade civil do Estado;
- b) conceitue e diferencie as espécies de responsabilidade civil atribuídas ao Estado, de acordo com o texto da Constituição Federal de 1988; e
- c) aponte, de forma fundamentada, as consequências da adoção do princípio da dupla garantia pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) para o Estado e os respectivos agentes públicos.

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

QUESTÃO 2

Os apátridas estavam tão convencidos quanto as minorias de que a perda de direitos nacionais era idêntica à perda de direitos humanos e que a primeira levava à segunda.

ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 325-326, com adaptações.

A reflexão de Hannah Arendt a respeito da condição dos seres humanos que perderam a própria nacionalidade e, conseqüentemente, foram privados dos respectivos direitos humanos – em virtude de ações dos regimes totalitários no século passado – ainda se mostra atual para a reflexão do século 21. O último relatório de tendências globais do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) – agência subsidiária da ONU para questões relacionadas a apátridas e a refugiados – cataloga cerca de 3,9 milhões de pessoas na condição de apátridas, embora as Nações Unidas estimem que o verdadeiro número global seja significativamente maior.

Com base nessa informação e considerando que o fragmento apresentado tem caráter meramente motivador, disserte acerca do estudo da nacionalidade e da apatridia no âmbito jurídico brasileiro e internacional. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) elementos da normativa internacional e ações das Nações Unidas na temática da nacionalidade e da apatridia; e
- b) a relação jurídica do Brasil com a temática, presente na normativa constitucional, infraconstitucional e internacional ratificada pelo País, abordando as formas de aquisição e perda da nacionalidade originária brasileira e a proteção aos apátridas.

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

QUESTÃO 3

As normas do art. 4º da Constituição Federal constituem a identidade e uma das aberturas do ordenamento jurídico brasileiro à esfera internacional, como espécies de normas complementares. São valores normativos oriundos do direito das gentes e radicados no direito constitucional pátrio.

MASSAU, Guilherme. *Princípios constitucionais e relações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018, p. 26-27, com adaptações.

Com base no contexto apresentado em torno dos valores a serem observados nas relações internacionais do Estado brasileiro, elenque descritivamente os princípios que devem reger as relações internacionais da República Federativa do Brasil, previstos no art. 4º da Constituição Federal de 1988. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) discorrer reflexivamente a respeito do conteúdo normativo de cada um dos referidos princípios; e
- b) escolher somente três dos princípios elencados no art. 4º da Constituição Federal de 1988, dando – a cada um deles – um exemplo histórico da respectiva incidência na política exterior do Estado brasileiro.

Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

QUESTÃO 4

Direitos fundamentais são o conjunto de normas, princípios, prerrogativas, deveres e institutos, inerentes à soberania popular, que garantem a convivência pacífica, digna, livre e igualitária, independentemente de credo, raça, origem, cor, condição econômica ou *status* social. Sem os direitos fundamentais, o homem não vive, não convive e, em alguns casos, não sobrevive.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 11. ed., 2018, p. 526.

Tais direitos e garantias fundamentais estão consagrados no Título II da Carta Federal, que abre com o art. 5º, cujo *caput* assim dispõe: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

Considerando o fragmento de texto apresentado e o dispositivo citado como referência, responda às perguntas a seguir.

- 1) Pode-se considerar que os direitos fundamentais consagrados na Carta Federal, pela respectiva proeminência, são, como regra, direitos absolutos que não comportam relativização?
- 2) É possível dizer que as pessoas jurídicas, tanto quanto as pessoas físicas, também são beneficiárias dos direitos e das garantias individuais?
- 3) A Constituição deve ser interpretada no sentido de que apenas os estrangeiros que possuem domicílio no País são destinatários dos direitos e das garantias fundamentais?
- 4) Como diferenciar direitos de garantias individuais?

Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, os espaços indicados para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos das questões da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado para cada questão. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.

QUESTÃO 1

Elabore um texto dissertativo, discorrendo sobre os seguintes aspectos:

- 1 conceito jurídico de nacionalidade;
- 2 nacionalidade jurídica como dimensão humana do Estado e como direito humano fundamental;
- 3 formas de aquisição da nacionalidade brasileira;
- 4 hipóteses de perda da nacionalidade brasileira.

Extensão máxima: 60 linhas

[valor: 30,00 pontos]

QUESTÃO 2

A Constituição Federal de 1988 prevê, no seu art. 5.º, inciso LXVII, que “não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel”.

A figura do depositário infiel surgiu em decorrência do contrato de depósito previsto no ordenamento nacional e definido na doutrina como um negócio jurídico por meio do qual a parte depositante transfere à parte depositária a guarda de um objeto móvel, para que seja devidamente conservado e, posteriormente, devolvido.

Acerca da possibilidade de prisão do depositário infiel, o Código Civil brasileiro estabelece, em seu art. 652, que “seja o depósito voluntário ou necessário, o depositário que não o restituir quando exigido será compelido a fazê-lo mediante prisão não excedente a um ano, e ressarcir os prejuízos”. Dessa forma, seria, em tese, admissível a prisão do depositário infiel na hipótese de não cumprimento da obrigação de devolver o bem depositado. No entanto, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da forma como o ordenamento nacional deve tratar a figura jurídica do depositário infiel considera o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (“Ninguém poderá ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual”) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica (“Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar”), ambos tratados internacionais ratificados em 1992 pelo Estado brasileiro.

Considerando que o texto apresentado tem caráter motivador, redija um texto dissertativo a respeito da prisão civil do depositário infiel na perspectiva do sistema jurídico brasileiro, especialmente do STF. Em seu texto, responda aos seguintes questionamentos.

- 1 É lícita a prisão civil do depositário infiel?
- 2 Qual é a natureza jurídica e a posição hierárquica, no ordenamento jurídico, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e do Pacto de São José da Costa Rica?
- 3 Quais são os efeitos da relação da legislação nacional infraconstitucional e constitucional com os tratados internacionais mencionados no que se refere à prisão civil do depositário infiel?

Extensão máxima: 40 linhas

[valor: 20,00 pontos]

QUESTÃO 3

Como promessa de pacificação não isenta de contradições, o direito internacional público contempla princípios e valores de atores dominantes, ao tempo em que busca proteger e emancipar, quando atua contra essa mesma dominação.

Discorra sobre a proposição apresentada, citando exemplos da atuação do direito internacional público no que se refere às perspectivas suscitadas.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

QUESTÃO 4

Considere a seguinte situação hipotética:

Um diplomata brasileiro, lotado na Delegação do Brasil junto à Organização Internacional de Panos e Vinhos (OIPV), foi instruído pelo chefe do posto a depositar o instrumento de ratificação do Terceiro Protocolo Adicional à Convenção sobre Comércio de Vinhos. O instrumento contém declaração interpretativa aposta por decisão do Congresso Nacional ao ratificar o Protocolo Adicional.

O secretariado da OIPV informou ao governo brasileiro que o instrumento de ratificação não poderia ser aceito, sob as seguintes alegações:

- i) a declaração interpretativa constitui reserva incompatível com o objeto e a finalidade do tratado;
- ii) o diretor-geral da OIPV, em seu papel de depositário das convenções concluídas sob a égide da OIPV, pode recusar-se a registrar, de ofício, uma ratificação. Essa competência tem como base uma prática reiterada desde o Tratado de Methuen (1703).

A partir da situação anteriormente apresentada, redija um texto informativo para o chefe do posto, tendo como base as regras e princípios de direito internacional público. Em seu texto, atenda ao que se pede a seguir.

- 1 Discorra sobre as regras jurídicas relevantes para o caso.
- 2 Analise se as alegações do secretariado são procedentes.
- 3 Indique possíveis argumentos para sustentar a aceitação do instrumento de ratificação brasileiro.

Extensão máxima: 40 linhas

[valor: 20,00 pontos]

PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, os espaços indicados para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos das questões no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado para cada questão. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.

QUESTÃO 1

Considerando o sistema de repartição de competências entre as entidades componentes do Estado federal brasileiro, atenda ao que se pede a seguir.

- 1 Discorra sobre o princípio geral que norteia a repartição de competências estabelecida na Constituição Federal e sobre sua aplicação à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
- 2 Aponte, de forma fundamentada, se é possível considerar que a Constituição Federal estabeleceu, para a União e para os estados, uma reserva de competências — administrativas e legislativas — enumeradas (ou taxativas).
- 3 Defina competência concorrente e discorra sobre o campo de atuação da União, dos estados e do Distrito Federal no âmbito de tal competência.
- 4 Comente a respeito da possibilidade de os municípios legislarem sobre as matérias que se inserem na esfera da competência concorrente.

Extensão máxima: 60 linhas

[valor: 30,00 pontos]

QUESTÃO 2

Uma das bases do regime democrático é a garantia dos direitos individuais, isto é, a proteção não somente legal, mas também judicial, de todos os direitos fundamentais, necessários à liberdade, à segurança individual e à propriedade. Pode-se dizer que a garantia desses direitos, ou, em outras palavras, a enumeração desses direitos e dos meios necessários para torná-los efetivos e respeitados, evoluiu com o próprio sistema democrático. (...)

O fato é que a Constituição de 1934, recebendo sugestão da comissão elaboradora do anteprojeto, comissão presidida por Afrânio de Mello Franco, que o consagrava em emenda que tivemos a oportunidade de apresentar juntamente com João Mangabeira, a Constituição de 1934, repetimos, consagrou o mandado de segurança como princípio constitucional. A Carta de 1937, naturalmente, não manteve o instituto, que, durante a sua vigência, sofreu quase que um colapso.

Themístocles Brandão Cavalcanti. **Do mandado de segurança**. In: **Revista de Direito Administrativo**. v. 37, 1954, p. 37 (com adaptações).

Cultor do direito público, Themístocles Cavalcanti foi o secretário da denominada Comissão do Itamaraty, que elaborou o anteprojeto da Constituição de 1934 sob a presidência do então ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Mello Franco. Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial, faça o que se pede a seguir.

- 1 Ao inserir o mandado de segurança no capítulo dos direitos e das garantias individuais (art. 113, n.º 33), a Constituição de 1934 foi a primeira a elevá-lo à categoria de garantia constitucional. Conceitue e explique os contornos jurídicos específicos do mandado de segurança conforme o disposto na Constituição Federal de 1988 e na legislação em vigor.
- 2 À luz da Constituição Federal de 1988, que instituiu o mandado de segurança coletivo, discorra sobre os legitimados para impetrá-lo.
- 3 Considerando que, além do mandado de segurança, a Constituição Federal de 1988 previu outros meios judiciais de proteção de direitos e garantias fundamentais, identifique outros dois desses instrumentos e explique o conteúdo jurídico de cada um deles.

Extensão máxima: 40 linhas

[valor: 20,00 pontos]

QUESTÃO 3

Seja como for, a Corte Europeia de Direitos Humanos tem declarado que o artigo 25 da Convenção Europeia de Direitos Humanos autoriza indivíduos a sustentarem que uma lei, na ausência de uma medida individual de implementação, viola, por si só, seus direitos, se eles — os indivíduos — correrem o risco de ser diretamente afetados por aquela lei.

Corte Europeia de Direitos Humanos. **Caso Norris vs. Ireland**.
E.C. H.R. Series A, n.º 112, 1986, p. 31 (com adaptações).

Considerando o trecho acima citado, disserte sobre a possibilidade de a mera edição de uma lei interna contrária a uma obrigação internacional ensejar a responsabilidade internacional do Estado que tiver editado a referida lei. Em seu texto, aborde:

- 1 o disciplinamento da questão segundo o direito internacional geral;
- 2 os trabalhos de codificação da Comissão de Direito Internacional sobre responsabilidade internacional dos Estados;
- 3 a questão do dano no âmbito do direito da responsabilidade internacional.

Extensão máxima: 60 linhas

[valor: 30,00 pontos]

QUESTÃO 4

Ao contrário do direito interno, que é uma ordem jurídica de subordinação, o direito internacional público é uma ordem jurídica de coordenação.

Comente a assertiva acima, citando exemplos de atuação de coordenação do direito internacional público, tanto no que se refere à sua fase de elaboração normativa, quanto ao seu emprego para a solução pacífica de controvérsias.

Extensão máxima: 40 linhas

[valor: 20,00 pontos]

PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, os espaços indicados para rascunho no presente caderno. Em seguida, escreva os textos definitivos das questões no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado para cada questão. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.

QUESTÃO 1

Os princípios gerais são apenas, a meu ver, normas fundamentais ou generalíssimas do sistema, as normas mais gerais. A palavra princípios leva a engano, tanto que é velha questão entre os juristas se os princípios gerais são normas. Para mim, não há dúvida: os princípios gerais são normas como todas as outras. E esta é também a tese sustentada por Crisafulli.

Norberto Bobbio. *Teoria do ordenamento jurídico*. Brasília: Ed. Polis/UnB, 1989, p. 158.

Tendo o texto acima como referência inicial, faça o que se pede a seguir.

- 1 À luz dos preceitos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n.º 4.657/1942, com ementa dada pela Lei n.º 12.376/2010), explique a função desempenhada pelos princípios gerais do direito no ordenamento jurídico. [valor: 5,00 pontos]
- 2 O *caput* do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 19/1998, estabeleceu os princípios que regem a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Identifique os referidos princípios e explique o conteúdo jurídico de cada um deles. [valor: 15,00 pontos]

Extensão máxima: 40 linhas

[valor: 20,00 pontos]

QUESTÃO 2

Discorra a respeito das fases que compõem o processo de incorporação dos tratados, convenções e atos internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro. Em seu texto, aborde o papel que o Poder Executivo e o Poder Legislativo desempenham nesse processo, os instrumentos por meio dos quais essa incorporação ocorre e o momento a partir do qual os tratados em geral adquirem executoriedade interna. Apresente, ainda, o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a posição hierárquica dos tratados (tanto os de direitos humanos como os tradicionais) no direito interno.

Extensão máxima: 40 linhas**[valor: 20,00 pontos]****RASCUNHO – QUESTÃO 2 – 1/2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 3

Entre a abstração e a realidade, comente as luzes e sombras acerca da questão do reconhecimento da personalidade jurídica em direito internacional público.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

QUESTÃO 4

Este tribunal estabeleceu em sua jurisprudência que é consciente de que as autoridades internas estão sujeitas ao império da lei e, por esse motivo, estão obrigadas a aplicar as disposições vigentes no ordenamento jurídico. No entanto, quando um Estado é parte de um tratado internacional, como a Convenção Americana, todos os seus órgãos, inclusive seus juízes, também estão submetidos a tal tratado, o que os obriga a zelar para que os efeitos das disposições da Convenção não se vejam enfraquecidos pela aplicação de normas contrárias a seu objeto e finalidade, e que desde o início carecem de efeitos jurídicos. O Poder Judiciário, nesse sentido, está internacionalmente obrigado a exercer um “controle de convencionalidade” *ex officio* entre as normas internas e a Convenção Americana, evidentemente no marco de suas respectivas competências e das regulamentações processuais correspondentes. Nessa tarefa, o Poder Judiciário deve levar em conta não somente o tratado, mas também a interpretação que a ele conferiu a Corte Interamericana, intérprete última da Convenção Americana.

Corte Interamericana de Derechos Humanos. Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) *versus* Brasil. Sentença de 24 de novembro de 2010 (com adaptações).

Tendo como referência o trecho de texto apresentado acima, disserte sobre os possíveis efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos para Estados que não sejam partes nos casos contenciosos em julgamento. Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 (im)possibilidade do reconhecimento, pelo direito internacional geral e particular, de efeitos *erga omnes* a sentenças de tribunais internacionais;
- 2 (in)aplicabilidade de sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos ao direito interno de Estado que não figura como parte de caso contencioso decidido.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, os espaços indicados para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos das questões no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado para cada questão. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.

QUESTÃO 1

Discorra sobre a paulatina erosão da dicotomia do direito (*summa divisio*) conducente à moderna publicização do direito privado.

Extensão máxima: 60 linhas

[valor: 30,00 pontos]

QUESTÃO 2

Tendo em vista que, segundo a Organização das Nações Unidas, cerca de sessenta milhões de pessoas se encontram, atualmente, obrigadas a abandonar suas casas devido a guerras ou perseguição, o que representa o maior número desde a Segunda Guerra Mundial, discorra sobre os principais instrumentos internacionais de proteção aos refugiados e sobre o que dispõe a legislação brasileira a esse respeito.

Extensão máxima: 60 linhas

[valor: 30,00 pontos]

QUESTÃO 3

Disserte sobre direito internacional e água, em qualquer de suas dimensões.

Extensão máxima: 40 linhas

[valor: 20,00 pontos]

RASCUNHO – QUESTÃO 3 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 4

Em dissensão acadêmica acerca da possibilidade de organização internacional conceder asilo diplomático, Bernardo considera a proposta inadmissível, visto que o instituto é tradicionalmente outorgado por Estado; Carla entende que a possibilidade é admissível, haja vista a natureza humanitária do asilo; e Daniel concorda com a possibilidade, contudo, considera que os sujeitos plenipotenciários do direito internacional não a endossariam.

Considerando essa situação hipotética, posicione-se a respeito do assunto, desenvolvendo, em seu texto, os argumentos apresentados acima.

Extensão máxima: 40 linhas

[valor: 20,00 pontos]

PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, os espaços indicados para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos das questões no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado para cada questão. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.

QUESTÃO 1

Leia o texto abaixo e faça o que se pede a seguir.

O século XX foi o mais sangrento na história conhecida da humanidade. A cifra total de mortes causadas direta ou indiretamente por guerras alcança cerca de 187 milhões de pessoas, o que equivale a mais de 10% da população mundial em 1913. Se tomamos 1914 como ponto de partida, o século XX foi um século de guerras quase ininterruptas, com poucos e curtos períodos sem conflitos armados organizados em algum lugar. Foi um século dominado por guerras mundiais, ou seja, guerras entre Estados territoriais ou alianças de Estados. Pode-se considerar o período compreendido entre 1914 e 1945 como uma só "guerra dos 30 anos", interrompida apenas por uma pausa nos anos vinte: uma pausa que se iniciou com a retirada final dos japoneses das regiões mais orientais da União Soviética, em 1922, e que se concluiu com a invasão da Manchúria em 1931. Seguiram-se, quase imediatamente, 40 anos de guerra fria, que se conformavam à definição de Hobbes de que a guerra não consiste "apenas na batalha ou no ato de lutar, mas no lapso de tempo em que a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida".

Eric Hobsbawm. **Guerra e Paz no Século XXI** (com adaptações).

Há 100 anos, eclodia a I Guerra Mundial, que, para Hobsbawm, marcaria o início do século XX. À luz dos desenvolvimentos ocorridos no direito internacional com o período das grandes guerras mundiais (1914-1945), analise a legalidade do recurso à ação armada pelos Estados e o princípio da solução pacífica das controvérsias internacionais.

Extensão máxima: 60 linhas

[valor: 30 pontos]

QUESTÃO 2

Paris, Roma, Maastricht, Amsterdã, Schengen e Lisboa são cidades marcantes no processo de construção da União Europeia. Comente o significado jurídico dessa assertiva.

Extensão máxima: 60 linhas

[valor: 30 pontos]

QUESTÃO 3

Um dos aspectos mais controversos nos casos contenciosos perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) é o estabelecimento de sua jurisdição. Discorra sobre as várias formas de fixação da competência da CIJ, mencionando precedentes do principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas.

Extensão máxima: 40 linhas
[valor: 20 pontos]

RASCUNHO – QUESTÃO 3 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 4

Considerando que, com o objetivo de favorecer a aproximação bilateral e o desenvolvimento da região fronteira determinado país fronteiriço proponha ao Brasil a negociação de tratado bilateral segundo o qual todos aqueles nascidos a cinquenta quilômetros da fronteira comum tenham reconhecida, além da nacionalidade de seu país de origem, a nacionalidade do país vizinho, analise a viabilidade jurídica dessa proposta.

Extensão máxima: 40 linhas

[valor: 20 pontos]

RASCUNHO – QUESTÃO 4 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, o espaço indicado para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos das questões no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado para cada questão. Qualquer fragmento de texto além desse limite ou quaisquer palavras que ultrapassem os limites máximos estabelecidos serão desconsiderados. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.

QUESTÃO 1

Comente o trecho seguinte, adaptado da obra de Serge Sur:

“Há certamente um vocabulário jurídico nas relações internacionais, toda uma coleção de acordos e compromissos, mas isso não seria apenas a aparência dissimulada da realidade nua das relações de força e, para citar Bismarck, o poder normativo dos fatos.”

Extensão máxima: 60 linhas

[valor: 30 pontos]

QUESTÃO 2

O direito das gentes contempla doutrinas notabilizadas pelo nome de seus autores, dentre essas, as doutrinas Drago, Tobar e Estrada. Indique o conteúdo de cada uma delas e assinale sua importância no desenvolvimento desse ramo do direito.

Extensão máxima: 60 linhas

[valor: 30 pontos]

QUESTÃO 3

Discorra sobre a possibilidade de um brasileiro, que esteja no território nacional, ser processado e julgado por crime praticado no exterior, à luz das garantias fundamentais estabelecidas na Constituição Federal e dos princípios que regem a cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Extensão máxima: 40 linhas

[valor: 20 pontos]

QUESTÃO 4

Considere a seguinte situação hipotética.

Estrangeiro expulso do Brasil por ato do Ministro de Estado da Justiça, usando de competência delegada pelo Presidente da República, impetra *habeas corpus* para garantir sua permanência no território nacional, fundamentado nas seguintes alegações:

a) a competência para resolver sobre a conveniência e oportunidade da expulsão é exclusiva do Presidente da República, não podendo ser delegada; b) o estrangeiro está no Brasil há trinta anos, desde seus dez anos de idade, e não tem qualquer vínculo com seu Estado patrial; e c) o paciente vive há dois anos em comprovada união estável com brasileira naturalizada.

Com base nessa situação, analise, à vista dos elementos oferecidos, a possibilidade de êxito do pedido.

Extensão máxima: 40 linhas

[valor: 20 pontos]

PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

- Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso julgue necessário, as páginas para rascunho constantes deste caderno. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Em cada questão, respeite o limite máximo de linhas estabelecido.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

Conhecido internacionalista afirma que “(...) a *rationale* do direito do comércio internacional não tem nada a ver com soberania. O direito do comércio internacional não repousa sobre o pressuposto central do direito internacional de que o mundo é composto de Estados-Nações soberanos, cada qual cercado de fronteiras territoriais dentro das quais exerce autoridade plena. O direito do comércio internacional funda-se no valor fundamental da especialização e do bem-estar econômico que resulta da especialização e das trocas. O direito do comércio internacional (...) se preocupa com a remoção dos empecilhos que a soberania coloca no caminho do comércio através das fronteiras. Em um sentido, o direito do comércio internacional consiste na irrelevância da soberania dos Estados.”

Donald McRae. *The contribution of international trade law to the development of international law*. In: Hague Recueil, 1996, p. 117 e 123.

Recentemente, na OMC, certo país foi condenado pela imposição de restrições às exportações de matérias-primas e novo caso foi aberto em março de 2012 sobre restrições às exportações de terras raras. À luz da citação acima e levando em conta a posição do Brasil como país importador e exportador de matérias-primas, e tendo em mente ainda que muitas das regras aplicáveis ao assunto no campo do direito internacional do comércio derivam do texto original do GATT de 1947, comente como se poderia enquadrar de modo satisfatório no direito internacional contemporâneo o conflito entre soberania sobre recursos naturais e livre comércio.

Extensão máxima: 60 linhas
(Valor: 30 pontos)

QUESTÃO 2

Há vinte anos, juiz da Corte Internacional de Justiça externou as seguintes inquietações:

“A questão ora levantada pela recusa da Líbia em reconhecer a validade da Resolução 748 (1992) diz respeito à hipótese de que uma decisão do Conselho de Segurança possa sobrepor-se aos direitos dos Estados e, em caso afirmativo, se existem limites ao poder do Conselho de caracterizar determinada situação como uma que justifique a produção de decisão que acarrete tais consequências. Há limites ao poder de apreciação do Conselho? No equilíbrio de forças que suporta a estrutura das Nações Unidas na ordem internacional, há algum ponto concebível a partir do qual uma questão jurídica pode ser suscitada quanto à competência do Conselho de Segurança para produzir tais resultados? Caso haja limites, quais são eles e que órgão, senão o Conselho de Segurança, é competente para dizer quais são esses limites?”

Mohamed Shahabuddeen, voto separado, medidas cautelares, caso relativo às questões de interpretação e aplicação da Convenção de Montreal de 1971 resultante do incidente aéreo de Lockerbie. Líbia v. Estados Unidos da América. Decisão de 14 de abril de 1992 (tradução livre).

Responda às indagações do magistrado guianense.

Extensão máxima: 60 linhas
(Valor: 30 pontos)

QUESTÃO 3

O Supremo Tribunal Federal deliberou, em abril de 2012, por meio de Emenda Regimental, a plena participação do Brasil no sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL, ao regulamentar seu procedimento não contencioso. A esse propósito, comente e cite exemplos da atuação não contenciosa de tribunais internacionais.

Extensão máxima: 40 linhas

(Valor: 20 pontos)

QUESTÃO 4

Por ocasião da entrega do “Prêmio da Liberdade”, em 1962, o Presidente Kennedy declarou a Jean Monnet: “Caro Senhor Monnet, durante séculos os imperadores, os reis, os ditadores procuraram impor à Europa sua unidade pela força. Em todas as oportunidades fracassaram. Mas sob sua inspiração a Europa, em menos de vinte anos, progrediu em direção à unidade mais do que em mil anos. O senhor e aqueles com quem trabalha edificaram-na com a argamassa da razão e com essas pedras que são os interesses econômicos e políticos. O senhor está transformando a Europa exclusivamente pelo poder de uma ideia construtiva.”

Jean Monnet. *Memórias*. Editora UnB, 1986, p. 416.

Tendo em vista o histórico da construção comunitária europeia e a do MERCOSUL, assim como os atuais desafios enfrentados pelos dois blocos, analise, do ponto de vista jurídico-institucional, as características e consequências decorrentes de modelos de integração que contenham ao mesmo tempo elementos supranacionais e intergovernamentais.

Extensão máxima: 40 linhas

(Valor: 20 pontos)

PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso julgue necessário, as páginas para rascunho constantes deste caderno. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Em cada questão, respeite o limite máximo de linhas estabelecido.

No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

Alguns doutrinadores consideram o preâmbulo do tratado constitutivo da Organização das Nações Unidas (Carta da ONU) como a expressão do constitucionalismo internacional. Alegam, em defesa dessa tese, que, no texto, há referência à composição da comunidade internacional (povos e governos), ao seu passado (escória da guerra), às suas crenças (direitos humanos fundamentais), ao seu projeto de futuro (estabelecimento da justiça, progresso econômico e social e autodeterminação dos povos). Outros argumentam que a possibilidade de a Carta da ONU produzir efeitos sobre Estados não membros da organização — “A Organização fará que os Estados que não são Membros das Nações Unidas ajam de acordo com esses Princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais” (art. 2.º, inc. 6) — bem como sobre obrigações decorrentes de outros tratados — “No caso de conflito entre as obrigações dos Membros das Nações Unidas em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta” (art. 103) — representa exceção a dois princípios fundamentais do direito das gentes (*res inter alios acta e pacta sunt servanda*), o que indicaria, segundo esses doutrinadores, a existência de um direito superior representado pelo instrumento constitutivo. Há, por fim, os que afastam essas perspectivas ao argumento da inexistência da hierarquia entre os órgãos das Nações Unidas na interpretação da Carta, assim como ao da ausência de freios e contrapesos entre esses mesmos órgãos. Posicione-se, de maneira fundamentada, em relação a esse debate.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

QUESTÃO 2

Em que pese a contribuição expressiva da Corte de Haia em casos relevantes para a comunidade internacional, é no seio do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio onde se forja, atualmente, o moderno direito internacional, haja vista não só a quantidade de disputas submetidas e esse sistema, mas também a qualidade da tarefa de interpretação jurídica levada a cabo pelo Órgão de Apelação, que lança mão, com frequência, da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados.

Comente a proposição acima apresentada, com base na atuação, desde o pós-Segunda Guerra, da Corte Internacional de Justiça da Haia e, desde 1995, do Órgão de Apelação da Organização Mundial de Comércio, bem como à luz do extenso corpo jurisprudencial desenvolvido nesses dois âmbitos.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

QUESTÃO 3

Determinado país considerou *persona non grata* membro de missão diplomática em seu território e determinou sua saída imediata, em razão de haver ele participado de tentativa de golpe no Estado representado pela missão. O chefe da missão, contudo, recusou-se a cumprir a exigência com base no princípio da não intervenção em assuntos internos.

Analise a situação hipotética acima apresentada, à luz das normas previstas na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, cujos 50 anos se celebram neste ano.

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

QUESTÃO 4

Há quem pense que o direito internacional não seja senão um código de regras e máximas morais, a que as nações, na ausência de jurisdição superior incumbida de aplicá-lo e fazê-lo observar, só prestarão obediência quando seus interesses o permitirem ou o exigirem, ou quando lhes faltar poder para impunemente violá-lo. Não haverá nisso uma parcela, uma partícula de verdade?

Lafayette Rodrigues Pereira. *Princípios de direito internacional* (com adaptações).

Com base no atual direito das gentes, responda à pergunta ao final do fragmento de texto acima, formulada por Lafayette Rodrigues Pereira.

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

- Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso julgue necessário, as páginas para rascunho constantes deste caderno. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Em cada questão, respeite o limite máximo de linhas estabelecido.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

A Corte Internacional de Justiça proferiu, há 14 anos, parecer consultivo por meio do qual, pela primeira vez, um tribunal internacional especificou limites jurídicos às armas nucleares. Sem necessariamente discutir detalhes dessa decisão, comente como a ameaça e o uso de armas nucleares são regulados pelo direito relativo ao uso da força, tal como consagrado pela Carta das Nações Unidas e pelos princípios de direito internacional humanitário aplicáveis em conflitos armados.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

QUESTÃO 2

Contencioso do Algodão — Publicação da Lista de bens para retaliação

Foi publicada hoje (8 de março) a lista final de bens, aprovada pelo Conselho de Ministros da CAMEX, que terão suas alíquotas de imposto de importação majoradas para os Estados Unidos da América (EUA), conforme autorização do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) de 19 de novembro de 2009, no contencioso “EUA — Subsídios ao Algodão” (DS267). A OMC também foi notificada hoje da mesma lista.

O valor total de retaliação atingido com a lista de bens é de US\$ 591 milhões. O restante do valor de retaliação a que tem direito o Brasil — US\$ 238 milhões (perfazendo o total autorizado de US\$ 829 milhões) — será aplicado nos setores de propriedade intelectual e serviços. O valor da retaliação autorizado ao Brasil é determinado pelos árbitros da OMC é o segundo maior da história da OMC e decorre do descumprimento, pelos EUA, das determinações dos painéis e do Órgão de Apelação da OMC, que, por quatro vezes, confirmaram a incompatibilidade dos subsídios norte-americanos para seus produtores e exportadores de algodão com as regras multilaterais de comércio. As contramedidas autorizadas poderão vigorar enquanto os EUA mantiverem a atual situação de descumprimento dessas regras.

Assessoria de Imprensa — Palácio Itamaraty.
Nota n.º 106, 8/3/2010 (com adaptações).

Tendo em vista os numerosos contenciosos dos quais o Brasil participou na OMC (tais como CE — subsídios ao açúcar, Canadá — aeronaves, CE — classificação aduaneira de frangos) e as medidas que o país considerou tomar no caso do algodão, discorra sobre a eficácia do sistema de solução de controvérsias da OMC.

**Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)**

QUESTÃO 3

Para que o Brasil se vincule a determinado tratado, é necessária a aprovação preliminar do Congresso Nacional nas hipóteses constitucionalmente previstas. Isto posto, responda: para que o Brasil se desvincule, é necessário, por igual, a aprovação congressional prévia? Fundamente sua resposta.

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

QUESTÃO 4

Leia a nota verbal abaixo transcrita e atenda ao que se pede a seguir.

Circular de 19/11/1989

Índice: Proclamação da República. Pede reconhecimento.

Aos Governos estrangeiros,

Em 19 de novembro de 1889

Sr. Ministro,

O Exército, a Armada e o Povo decretaram a deposição da dinastia imperial e, conseqüentemente, a extinção do sistema monárquico representativo; foi instituído um governo provisório, que já entrou no exercício das suas funções e que as desempenhará enquanto a nação soberana não proceder à escolha do definitivo pelos seus órgãos competentes; este governo manifestou ao Sr. D. Pedro de Alcântara a esperança de que ele fizesse o sacrifício de deixar, com sua família, o território do Brasil e foi atendido; foi proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da nação brasileira a república federativa, constituindo as províncias os Estados Unidos do Brasil.

O governo provisório, como declarou na sua proclamação de 15 do corrente, reconhece e acata todos os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública, interna e externa, os contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas.

No governo provisório, de que é chefe o Sr. Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, tenho a meu cargo o Ministério das Relações Exteriores e é por isso que me cabe a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, assegurando-lhe que o mesmo governo deseja manter as relações de amizade que têm existido entre os dois países e pedindo o reconhecimento da república dos Estados Unidos do Brasil.

Aproveito com prazer esta oportunidade para oferecer a Vossa Excelência as seguranças da minha mais alta consideração.

Quintino Bocaiúva

Com o benefício de mais de um século de desenvolvimentos jurídicos sobre o tema, analise, com base nas normas e nos princípios de direito internacional atualmente existentes, o pedido de reconhecimento formulado por Quintino Bocaiúva em 1889.

**Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)**

PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso julgue necessário, as páginas para rascunho constantes deste caderno. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Em cada questão, respeite o limite máximo de linhas estabelecido.

No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

Suponha uma situação em que exportações brasileiras sejam objeto de barreira comercial imposta por outro membro do MERCOSUL, com fundamentação em suposta necessidade de proteger o meio ambiente. Contra a medida em tela, cogita-se da possibilidade jurídica de o Brasil recorrer à Corte Internacional de Justiça ou a mecanismo de solução de controvérsia no âmbito do MERCOSUL ou da OMC.

Discorra acerca da competência de cada uma dessas instituições para analisar a questão e acerca dos eventuais desdobramentos jurídicos, caso a decisão seja favorável ao Brasil.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

QUESTÃO 2

Tendo em conta que as relações entre os atores da vida internacional são permeadas por constantes enfrentamentos, algumas vezes com o uso da força, disserte sobre os aspectos jurídicos desse tema, com especial atenção para meios de solução pacífica de controvérsias internacionais.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

QUESTÃO 3

Ao movimentar fundos depositados em banco brasileiro, estrangeiro residente no país foi informado de que sua conta havia sido bloqueada em razão de seu nome constar em lista de sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A lista fora elaborada com base em Resolução adotada sob o Capítulo VII da Carta da ONU e internalizada por Decreto presidencial. O congelamento dos ativos financeiros havia sido determinado como medida cautelar em processo judicial. Em sua defesa, o estrangeiro alega que seu nome foi incluído na lista de sanções sem que tivesse sido ouvido ou podido defender-se, o que violaria direitos mínimos de devido processo legal, inscritos tanto no artigo 5º da Constituição Federal, como em instrumentos internacionais de direitos humanos.

Tendo em vista os elementos jurídicos da situação acima descrita, discorra sobre a possibilidade de que o poder judiciário brasileiro exerça alguma forma de controle sobre Resolução do Conselho de Segurança.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

QUESTÃO 4

Comente a seguinte afirmativa: “O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça não constitui enumeração exaustiva das fontes do direito internacional”.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso julgue necessário, as páginas para rascunho constantes deste caderno. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Em cada questão, respeite o limite máximo de linhas estabelecido.

No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

Comente a seguinte passagem, do professor Peter Häberle:

O direito constitucional não começa onde cessa o direito internacional. Também não é válido o contrário, ou seja, o direito internacional não termina onde começa o direito constitucional. Os cruzamentos e as ações recíprocas são por demais intensos para que se dê a essa forma externa de complementaridade uma idéia exata.

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 30 pontos)

QUESTÃO 2

O Rei de Argos, Danao, tinha cinquenta filhas. Ao serem forçadas ao matrimônio, elas seguiram o plano ardiloso de um assassinato coletivo dos maridos. Morreram quase todos, menos Linceu, poupado pela arrependida Hipernestra. Condenadas pela engenhosa justiça dos deuses, as danaiades tinham de encher o tonel sem fundo para toda a eternidade. Viraram símbolo de trabalho sem fim e do desejo insaciável. As irmãs transmutaram-se em expressão latina: *danaidum dolium* — o tonel das danaiades.

KARNAL, Leandro. **Introdução: um certo tonel**. In: KARNAL, Leandro e FREITAS NETO, José Alves de (Org.). **A escrita da memória: interpretações e análises documentais**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004, p. 13.

Tendo em atenção as relações interestatais dos dias de hoje, disserte a respeito da seguinte afirmação:

"Defender a existência do direito das gentes parece ser o permanente *danaidum dolium* dos internacionalistas: por mais que se aprofunde o tema, ele nunca se esgota".

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 30 pontos)

QUESTÃO 3

Graciliano de Assis, brasileiro naturalizado, foi contratado por Organização Internacional para trabalhar no território nacional como motorista do representante residente da Organização acreditado junto ao governo da República Federativa do Brasil. Após cinco anos de relação empregatícia, Graciliano foi demitido e, por não concordar com as indenizações laborais recebidas, apresentou reclamação à justiça do trabalho brasileira, pleiteando o recebimento de direitos constitucionalmente assegurados. Diante disso, o advogado da Organização invocou imunidade à jurisdição dos tribunais locais, valendo-se da distinção entre "ato de império" e "ato de gestão". Alegou, ainda, que o acordo de sede em vigor outorgava imunidade para eventuais ações intentadas contra a Organização no Brasil. O patrono do reclamante, por sua vez, lançou mão do disposto no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal ("XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"), bem como do argumento de que tanto o ordenamento jurídico interno quanto o internacional asseguram direitos e garantias fundamentais do ser humano, de que "alimentos" são exemplo eminente.

Considerando os elementos indicados na situação hipotética acima relatada, decida sobre a preliminar suscitada pela reclamada, de imunidade à jurisdição local. Fundamente sua decisão.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

QUESTÃO 4

Analisar, à luz do direito internacional privado brasileiro, a possibilidade de homologação de sentença estrangeira de divórcio que dissolva casamento entre pessoas do mesmo sexo, legalmente celebrado em jurisdição estrangeira.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO

CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

**PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO
INTERNACIONAL PÚBLICO**

Questão 1

Tendo em conta o direito das gentes dos dias de hoje, comente o famoso *obiter dictum* proferido pela Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) no julgamento do Caso Lotus, assim redigido:

International law governs relations between independent States. The rules of law binding upon States therefore emanate from their own free will as expressed in conventions or by usages generally accepted as expressing principles of law and established in order to regulate the relations between these co-existing independent communities or with a view to the achievement of common aims. Restrictions upon the independence of States cannot therefore be presumed.

(In: **Coleção de Julgados da CPJI. Caso Lotus**, Série A — Nº 10, 7 de setembro de 1927, p. 18).

Tradução não-oficial:

O direito internacional rege as relações entre Estados independentes. As regras de direito que vinculam os Estados procedem, portanto, de suas vontades manifestadas nas convenções ou nos costumes geralmente aceitos como consagradores dos princípios de direito e estabelecidos com vistas a regulamentar a coexistência dessas comunidades independentes ou a atingir objetivos comuns. Logo, as limitações à independência do Estado não se presumem.

Questão 2

Pancrácio, estrangeiro domiciliado no Brasil, viaja ao Reino de Diomira, país em que a prática de jogos de azar é lícita. Lá, aposta e perde. Na jurisdição de Diomira, celebra acordo para pagamento futuro. Não honrada a dívida, o credor promove ação de cobrança em território diomiriano. Tendo a decisão condenatória no Estado de celebração do acordo transitado em julgado, o interessado requer à justiça brasileira a homologação da sentença para cobrar a dívida no território nacional.

Considerando essas circunstâncias, disserte sobre a possibilidade de êxito do pedido, tendo em conta o direito internacional privado brasileiro.

Questão 3

O ordenamento jurídico nacional prescreve que compete ao presidente da República a formulação e a condução da política externa. Ao Poder Legislativo, no entanto, são reservadas atribuições no campo das relações internacionais. Descreva como se dá a atuação das casas congressionais, de modo isolado e conjunto, nesse domínio.

Questão 4

Há quem veja no regionalismo verificado em todos os continentes tendência irreversível nas relações internacionais. É possível afirmar que quase todos os Estados-membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) participam de bloco econômico ou de esquema de integração regional. A convicção de que, em comércio internacional, é proibido fazer favores — traduzida juridicamente na cláusula da nação mais favorecida — não estaria em descompasso com as discriminações comerciais praticadas pelos blocos econômicos em prol de seus membros? Haveria, na opinião do candidato, como conciliar a cláusula da nação mais favorecida com o regionalismo e a política de blocos econômicos?

Questão 5

A Segunda Conferência da Paz, realizada na Haia — ora às vésperas de completar cem anos —, deixou importante legado para as relações internacionais. A atuação brasileira no encontro foi, em particular, relevante. Das inúmeras intervenções do chefe da nossa delegação, uma merece maior atenção. Trata-se da réplica, feita de improviso por Rui Barbosa, à censura a ele dirigida pelo presidente da Conferência, que o advertiu de que aquela assembléia deveria evitar envolver política em suas discussões. Da manifestação de Rui, proferida em 12 de julho de 1907, pode-se extrair o seguinte trecho:

“Não há nada mais eminentemente político, debaixo do céu, que a soberania. Não há nada mais resolutamente político, senhores, que pretender-lhe traçar limites. Não será, portanto, política da mais declarada e franca, o que estais fazendo, quando procurais alçar, com o arbitramento obrigatório, uma barreira ao arbítrio das soberanias? Essas entidades absolutamente políticas, as soberanias, cujos representantes sois nesta Conferência, iriam abdicar parte da sua independência nativa nas mãos de um tribunal, obrigando-se a lhe submeter certas categorias de pleitos entre Estados soberanos.” (In: STEAD, William. *O Brasil em Haya*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 102. xvii, 190 p.)

Comente a passagem transcrita, considerando as modificações verificadas na cena internacional nos últimos tempos no tocante à via jurisdicional judiciária de solução de conflitos internacionais.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES INSTITUTO RIO BRANCO

CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Questão 1

Comente a seguinte passagem:

“Muitas pessoas, geralmente sem ter dedicado muita atenção à natureza ou à história do tema, partem do princípio de que o direito internacional é e sempre foi uma impostura. Outros parecem pensar que ele constitui uma força dotada de seu próprio vigor interno, e que, se nós conseguíssemos reunir os advogados para trabalhar no projeto de um código bastante abrangente para todas as nações, certamente iríamos viver em paz, e tudo se acertaria no mundo. É difícil saber qual dos dois é menos útil, se o cético ou o sujeito de poucas luzes, mas o fato é que ambos cometem o mesmo equívoco. Os dois pressupõem que o direito internacional é um tema sobre o qual cada pessoa pode formar suas opiniões de modo intuitivo, sem se dar ao trabalho — como se deve proceder quanto a outros assuntos — de investigar sobre os fatos relevantes.”

Questão 2

O que pensa o candidato de a Corte Internacional de Justiça invalidar resolução obrigatória do Conselho de Segurança das Nações Unidas adotada nos termos do Capítulo VII (Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão) da Carta da Organização?

Questão 3

Diante do agravamento do quadro de segurança internacional, é apresentada ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição admitindo a pena de morte no Brasil, restrita a estrangeiros, em casos de crime de terrorismo. O que você tem a dizer sobre a viabilidade jurídica dessa proposta?

Questão 4

Concorda o candidato com a afirmação de que o *pacta sunt servanda* é uma regra moral e não consuetudinária? Fundamente sua resposta.

Questão 5

Com fundamento no que dispõe o § 4.º do artigo 5.º da Constituição Federal — incluído pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004 (“§ 4.º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.”) —, pode-se afirmar que as normas decorrentes da incorporação do Estatuto de Roma ao ordenamento jurídico brasileiro estão imunes ao controle de constitucionalidade? Justifique.

**Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata**

Em 25 de junho de 2005

**PROVA DE NOÇÕES DE DIREITO E
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

Examinadores:
Prof. Paulo Gustavo Gonet Branco
Prof. Márcio Pereira Pinto Garcia

**Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão de cada resposta: até três páginas**

Questão 1

Imagine que você seja consultor jurídico do Presidente da República. No momento, há uma medida provisória pendente de votação trancando a pauta da Câmara dos Deputados. Outros projetos vitais para o governo não estão sendo votados por causa disso. O Presidente da República recebe a sugestão do seu assessor Alpha de simplesmente retirar a medida provisória do Congresso Nacional. Do assessor Beta, recebe a orientação de revogar a medida provisória. O assessor Gamma complementa, propondo que, depois de revogada, a medida seja reeditada. O assessor Delta, por fim, sustenta que a medida provisória contém inconstitucionalidade e que, por isso, o Presidente poderia declará-la inconstitucional, com o que a pauta seria desobstruída. O Presidente da República pede que você indique, de modo justificado, a melhor das sugestões. Redija sua resposta.

Questão 2

Comente a seguinte afirmação: "O direito internacional surgiu para erigir as fronteiras dos Estados nacionais; hoje ele se ocupa de derrubá-las".

Questão 3

Considere que o governador de um Estado-membro da Federação assumira compromissos internacionais, envolvendo direitos e obrigações patrimoniais, com certo Estado-membro da República Federativa de Pasárgada. O governador brasileiro é informado de que o acordo somente será válido se aprovado pela assembléia legislativa local, haja vista o princípio da similitude com o processo de incorporação de tratados no âmbito federal. Analise o acerto da informação dada.

Questão 4

Responda, de modo crítico, à indagação do Professor Thomas Franck: Quem matou o art. 2º - 4 da Carta da Organização das Nações Unidas? ("4. todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas."). In: *American Journal of International Law* 64 (1970): 809.

Questão 5

Tendo em vista o tratamento dado no ordenamento jurídico brasileiro aos tratados, disserte sobre a eventual importância do § 3º do art. 5º da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional Nº 45, de 2004 ("Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.").

CACD 2004
QUESTÕES DISCURSIVAS DE NOÇÕES DE
DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1) Comente a seguinte passagem:

“Não é de hoje a convicção de que a soberania estatal não é absoluta, mas relativa, a começar pela observação preliminar de que, se todos os Estados são soberanos, só o podem ser na medida em que reciprocamente se respeitam e se auto limitam, devendo, em princípio, prevalecer os interesses da comunidade internacional”. (In: REALE, Miguel. Crise do capitalismo e crise do Estado . São Paulo: SENAC, 2000, p. 61).

- 2) Em certa cidade brasileira, há anos que, no final do verão, ocorrem deslizamentos de terra, por falta de obras de contenção em área próxima a determinado conjunto habitacional de baixa renda. Muitas vezes, esses deslizamentos soterram casas e causam prejuízos. No ano passado, Caio, munido de alvará de construção, ergueu sua casa nessa área. Com as chuvas de verão deste ano, um deslizamento de terra pôs a perder seu patrimônio. Caio processou o Município, cobrando reparação pelos prejuízos. A Prefeitura alegou que não é responsável por fatos da natureza e que o particular assumiu voluntariamente o risco de perder seus bens ao permanecer na região sabidamente suscetível a desastres do gênero. Discorra sobre as perspectivas de êxito da demanda.
- 3) Analise a eventual importância do princípio da separação de poderes no debate do controle externo do Poder Judiciário, tal como se põe hoje.
- 4) Disserte sobre o tema da reserva a tratado analisando, entre outras, as seguintes questões:
- (i) o Estado que ratifica ou adere com reservas é parte do tratado se alguns membros apresentam objeções às reservas formuladas?, e
 - (ii) existe distinção entre declaração interpretativa e reserva?
- 5) Em 24 de julho de 1993, foi negociado em Viena tratado sobre repressão ao crime de corrupção. As partes se comprometeram, nos termos do artigo 11, a efetuar eventuais extradições em até dois meses e por decisão de autoridade administrativa competente, cabendo recurso para os tribunais. O chefe da delegação brasileira assinou o documento ao final dos trabalhos. O texto foi então remetido ao Congresso Nacional, que o aprovou. Em seqüência, o Presidente da República ratificou e promulgou o tratado mediante decreto presidencial. No começo de 2002, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o decreto que incorporou o tratado ao ordenamento jurídico brasileiro.

Tais as circunstâncias,

- (i) comente a decisão do STF, e
- (ii) discorra sobre eventual desdobramento jurídico que o julgamento possa vir a ter em relação aos demais países vinculados ao tratado.

CACD 2003
QUESTÕES DISCURSIVAS DE NOÇÕES DE DIREITO

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

- 1) Analise juridicamente – sobretudo à vista do princípio da igualdade – a assertiva, sustentada por setores da sociedade brasileira, de que as ações afirmativas “têm como pressuposto a noção equivocada de que se combate uma injustiça criando outra”.

- 2) Considere a seguinte situação hipotética:

No início deste ano, é editada medida provisória que cria uma gratificação especial por desempenho de funções em certos postos no exterior, tidos como inóspitos. A gratificação alcança quem exerceu essas funções no passado. Em junho, porém, a medida provisória é rejeitada pelo Congresso Nacional. Já se passaram mais de sessenta dias da rejeição da medida provisória, sem que o Congresso Nacional tenha-se animado a dispor sobre as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência do ato normativo rejeitado. Supondo que não haja qualquer inconstitucionalidade na mesma medida provisória e tendo em vista as circunstâncias descritas, responda de modo fundamentado:

a) Os diplomatas que receberam a gratificação durante a vigência da medida provisória terão de devolver o que receberam a esse título depois da rejeição da medida provisória?

b) Os diplomatas que desempenharam efetivamente as funções previstas na medida provisória têm direito adquirido a manter a gratificação para o futuro?

c) Diplomatas que desempenharam as funções previstas na medida provisória nos sessenta dias que se seguiram à sua rejeição fazem jus ao recebimento da vantagem?

- 3) Tendo em vista o tema da subjetividade internacional da pessoa humana nos dias de hoje, comente a seguinte passagem:

“Já não é possível, como no direito internacional tradicional, seguir considerando a pessoa humana como um objeto da ordem jurídica internacional; isso não significa, entretanto, que aquela seja um sujeito pleno de direito internacional, apesar do processo de humanização que este vem experimentando”.

- 4) O artigo 33 (1) do tratado constitutivo da Organização das Nações Unidas (ONU) assim dispõe:

“As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recursos a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha” (ênfase acrescida).

A expressão sublinhada é a versão oficial (português) feita pelo governo brasileiro da Carta da ONU [algumas versões autênticas da mesma expressão foram assim lavradas: inglês (“first of all”); francês (“avant tout”); espanhol (“ante todo”)]. Tendo em vista a proscrição da guerra como forma lícita de condução das relações internacionais, como interpretar a expressão?

- 5) O Conselho de Segurança das Nações Unidas criou, mediante resolução, o Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia (T.P.I.E.I.). Considerando tratar-se de algo sem precedentes, o assunto chamou a atenção sobretudo da doutrina. Alguns autores ponderaram que o Tribunal deveria ter sido criado por tratado ou por emenda à Carta da ONU, e não por resolução do Conselho. Em prol de sua tese, invocam, entre outros motivos, os seguintes: (i) a Carta não prevê a criação de tribunais “ad hoc”; (ii) a Assembléia Geral – cujo eventual envolvimento na constituição do T.P.I.E.I. seria, ao menos, garantia de maior representação da comunidade internacional como um todo – não participou do estabelecimento do órgão; (iii) a Carta não estabelece, no Capítulo VII, poderes para que o Conselho crie, de modo isolado, órgão judicial; (iv) o Conselho não foi coerente já que não criou tribunais para outras situações de igual ofensa às normas de direito humanitário; e (v) o Conselho, tratando-se de órgão político, não seria capaz de estabelecer tribunal independente e imparcial.

Suponha o candidato ser juiz no Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia. Imagine, ainda, que a argumentação acima foi oferecida como preliminar ao julgamento de mérito de processo sob sua apreciação. Produza minuta de decisão em favor da jurisdição do Tribunal, bem assim de sua constitucionalidade.